



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)





EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-852-6

DOI 10.22533/at.ed.526210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NARRATIVAS DE MIGRANTES: EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO “NÃO ESCOLAR”

Zulmira Ferreira de Jesus Cacemiro

Valdilene Zanette Nunes

DOI 10.22533/at.ed.5262108031

CAPÍTULO 2..... 18

UMA ABORDAGEM DO PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Suely Cristina Soares da Gama

Kleide Ferreira de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.5262108032

CAPÍTULO 3..... 33

A ATUAÇÃO DA BUROCRACIA DE MÉDIO DE ESCALÃO NA CONSECUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS IFES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Andreza dos Santos Sousa

DOI 10.22533/at.ed.5262108033

CAPÍTULO 4..... 56

CBAI E OS AGENTES DO ENSINO INDUSTRIAL (1946 A 1963)

Nívea Maria Teixeira Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.5262108034

CAPÍTULO 5..... 69

COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO: INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

DOI 10.22533/at.ed.5262108035

CAPÍTULO 6..... 77

DA DOCILIZAÇÃO À MIMESE: AS INICIATIVAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO MECANISMOS DE ADAPTAÇÃO À CONCEPÇÃO NEUROLÓGICA DA MODERNIDADE À ECONOMIA 4.0

José Rodrigo Paprotzki Veloso

DOI 10.22533/at.ed.5262108036

CAPÍTULO 7..... 90

EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DIÁLOGICO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS

Pedro Raimundo Mathias de Miranda

José Moysés Alves

DOI 10.22533/at.ed.5262108037

CAPÍTULO 8..... 101

“COISA DE MENINO, COISA DE MENINA”: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO BASE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fábio Peron Carballo

DOI 10.22533/at.ed.5262108038

CAPÍTULO 9..... 116

MULHERES, FORÇAS ARMADAS E GÊNERO: BREVES NOTAS SOBRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Rafael Normando Miranda Morais

André Luiz Machado das Neves

Juliana Maria Duarte Marques

DOI 10.22533/at.ed.5262108039

CAPÍTULO 10..... 131

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: ESTUDO COM GESTORAS DAS GERAÇÕES *BABY BOOMERS*, X E Y

Marlene Catarina de Oliveiras Lopes Melo

Vilma Santos Pereira de Faria

Ana Lúcia Magri Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52621080310

CAPÍTULO 11..... 149

A SEXUALIDADE DE CORPOS INVISIBILIZADOS PELAS REPRESENTAÇÕES MÉDICAS: COMO PROMOVER A SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS DIANTE DESSE CONTEXTO?

Beatriz Silva Matos

Luana Ferreira Botelho

Preciliana Barreto de Moraes

Rosendo Freitas de Amorim

Amanda Sousa Felix

Breno Igor Medeiros Freitas

Bruna Maria Costa Gomes

Luany de Queiroz da Silva

Antônio Fábio Macedo de Sousa

Clara da Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.52621080311

CAPÍTULO 12..... 159

HOMOSSEXUALIDADE: DAS RAÍZES PRÉ-HISTÓRICAS ÀS NOVAS LUTAS IDENTITÁRIAS DE RECONHECIMENTO

Lucas Ramos Ruas

Maria de Fátima Araújo Di Gregório

DOI 10.22533/at.ed.52621080312

CAPÍTULO 13	166
RELIGIÃO E GÊNERO: UM BREVE RELATO DA RELAÇÃO ENTRE ESTES MARCADORES NA HISTÓRIA	
Ana Margareth Manique de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.52621080313	
CAPÍTULO 14	177
ACONSELHAMENTO PRÉ-NUPCIAL: UMA PROPOSTA PASTORAL SOB O PONTO DE VISTA DA MORAL ÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	
Samuel Sanches	
DOI 10.22533/at.ed.52621080314	
CAPÍTULO 15	184
A ICONOCLASTIA DA RELIGIÃO OCIDENTAL: UM PARADOXO DO IMAGINÁRIO SEGUNDO GILBERT DURAND	
Carlos André Macêdo Cavalcanti	
José Herculano Filho	
DOI 10.22533/at.ed.52621080315	
CAPÍTULO 16	192
A EDUCAÇÃO CRISTÃ SEGUNDO A ENCÍCLICA <i>DIVINI ILLIUS MAGISTRI</i>	
Maximiliano Gonçalves da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.52621080316	
CAPÍTULO 17	205
CORRELAÇÕES ENTRE MODELAGEM CONTEMPORÂNEA E AS TÉCNICAS DE TRICÔ PARA O VESTUÁRIO FEMININO	
Ana Paula Dias	
Isamara Freire	
DOI 10.22533/at.ed.52621080317	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

CAPÍTULO 16

A EDUCAÇÃO CRISTÃ SEGUNDO A ENCÍCLICA *DIVINI ILLIUS MAGISTRI*

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão 30/11/2020

Maximiliano Gonçalves da Costa

Mestrando em História pela Universidade
Estadual de Goiás: Campus Morrinhos
<http://lattes.cnpq.br/9903426417351442>

RESUMO: O presente artigo refletirá sobre a encíclica *Divini Illius Magistri* do Papa Pio XI sobre a educação cristã, como uma resposta diante do contexto de laicização que crescia e, que tirou das mãos da Igreja Católica o domínio da educação. A encíclica era uma tentativa de reconquistar sua primazia na obra educacional, para que assim, seus princípios cristãos se perpetuassem em meio a sociedade que se secularizava cada vez mais. O documento apresenta que na relação entre Igreja, Família e Estado, a Igreja tinha a precedência estando aliada a Família, devendo o Estado apenas colaborar com estas duas, isso porque no contexto da época o Estado laico reivindicava para si o direito da educação. Veremos nessa reflexão quais foram as iniciativas por parte do catolicismo através do documento papal, para conter e combater a educação laica na primeira metade do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Igreja, Encíclica, Papa Pio XI.

1. A encíclica é o grau mais alto de cartas escritas pelo Papa. Elas valem em âmbito universal e, por meio delas, o Sumo Pontífice empenha sua autoridade como sucessor de Pedro e primeiro responsável pela Igreja Católica. A palavra “encíclica” vem do grego e significa “circular”, carta que o Papa envia a toda Igreja em comunhão com Roma. O título da encíclica é o começo do texto, na sua versão em latim – no caso da encíclica em questão, “Representante na terra daquele Divino Mestre...” – e ela sempre tem a finalidade de instruir os fiéis sobre um determinado tema que é de relevância para Igreja.

CHRISTIAN EDUCATION ACCORDING TO THE ENCYCLIC *DIVINI ILLIUS MAGISTRI*

ABSTRACT: The present article intends to reflect on the encyclical *Divini Illius Magistri* of Pope Pius XI on Christian education, as a response to the growing secular context that took the domain of education out of the hands of the Catholic Church. The encyclical was an attempt to regain its primacy in educational work, so that its Christian principles would be perpetuated in the midst of a society that was increasingly secularized. The document shows that in the relationship between Church, Family and State, the Church took precedence in being allied with the Family, and the State should only collaborate with these two, because in the context of the time the secular State claimed for itself the right to education. We will see in this reflection what initiatives were taken by Catholicism through the papal document, to contain and combat secular education in the first half of the 20th century.

KEYWORDS: Education, Church, Encyclical, Pope Pius XI.

Na perspectiva da educação católica, a encíclica *Divini Illius Magistri*¹ foi um dos documentos mais importantes até o Concílio Vaticano II. Ela foi elaborada num momento de fortes tensões políticas e culturais que surgiram das controvérsias não raras da história. O Papa

Pio XI percebeu que a “*societas christiana*”² estava em crise. Era perceptível o crescimento progressivo da descristianização das massas. A laicização e a modernidade, vista como secularização, resultantes da crítica iluminista e da visão de progresso do século XIX, que acabaram por tirar da Igreja a exclusividade da educação.

Portanto, era necessária uma orientação clara e exata sobre a educação, em suas razões essenciais, principalmente diante das grandes mudanças que aconteciam em sua época, envolvendo preferencialmente a Igreja Católica em seu múnus de educar. Desta maneira, ele escreveu a encíclica *Divini Illius Magistri* para tratar desses assuntos, documento esse que iremos compreender agora. O Papa Pio XI dividiu a encíclica em quatro partes. Na primeira, intitulada “A quem compete a missão de educar”, que é a maior da encíclica, ele se dedicou àqueles que têm a missão de educar: Família, Estado e Igreja, enfocando sobretudo a superioridade desta última. Na segunda parte, “Qual o sujeito da educação”, o papa afirmou que o sujeito por excelência da educação é o homem, como um ser inteiro, espírito unido ao corpo na unidade da natureza, em todas as suas faculdades, naturais e sobrenaturais. A terceira parte da encíclica, “Quais as circunstâncias necessárias do ambiente”, tratava da complexidade de todas as circunstâncias e meios que possibilitavam a educação cristã e, de modo particular, a escola, principalmente a escola católica. Na quarta e última parte, intitulada “Qual o fim e a forma da própria educação cristã”, afirmava-se que a finalidade da educação é cooperar com a graça divina na formação do verdadeiro e perfeito cristão.

Deteremos-nos, agora, na compreensão da primeira parte do documento, pois consideremos a mais importante. Nela o Papa Pio XI esclareceu qual era a missão educacional da Igreja e sua relação com a família e o Estado. Nessa primeira parte, o Papa ressaltou que a educação é por excelência uma ação social, existindo “três sociedades distintas e unidas harmonicamente no meio dos quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil, e a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural” (PIO XI, 1965: 8). A família, que tem a finalidade da procriação e educação da prole, tem a prioridade da natureza. Para Pio XI, a família não era uma sociedade perfeita, porque não possuía em si todos os meios para o aperfeiçoamento. Já a sociedade civil era uma sociedade perfeita, pois reunia todos os meios para chegar a sua finalidade, que é o bem comum temporal, ou seja, em ordem ao bem comum. Logo, ela tinha a primazia sobre a família que alcançava de forma precisa o seu aperfeiçoamento temporal na sociedade civil. E a terceira, a Igreja, sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, que por meio do Batismo fazia nascer o homem, através da graça divina. Ela tem em si mesma todos os meios para o seu fim, que é a salvação eterna dos homens, logo é suprema na sua ordem.

Primeiramente, a educação pertencia por excelência à Igreja, por direito divino na ordem sobrenatural, que de acordo com o Papa foi dado pelo próprio Deus e está

2. Termo latino que significa “Sociedade Cristã”.

totalmente superior a qualquer realidade de ordem natural. Esse pensamento de Pio XI se embasava, em primeiro lugar, na missão e autoridade que Cristo confiou à Igreja e ao seu magistério: “Toda a autoridade me foi dada no céu e sobre a terra. Ide, pois, ensinai todos os povos, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a guardar tudo os que vos ordenei. Quanto a mim, eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos tempos” (Mt 28, 18-20)³. Sendo assim, a Igreja recebeu de seu Divino fundador, Cristo, a infalibilidade junto com o preceito de ensinar sua doutrina, pois ela foi constituída por Jesus como coluna e fundamento da verdade, para ensinar a fé divina a todos os povos, com a finalidade de guardar de maneira integral e inviolável essa mesma fé. Visava-se preparar aos homens com a meta de que suas ações fossem ordenadas à “honestidade de costumes, integridade de vida, segundo a norma da doutrina revelada” (PIO IX, 1864).

O objetivo do Papa Pio XI em ressaltar a primazia da Igreja Católica na missão de educar frente ao Estado, consistia numa crítica a nova ordem moderna que foi estabelecida, onde o monopólio da educação não deveria mais ficar sob a tutela da Igreja, mas sim do Estado. O que estava por de trás desse monopólio era a ideia de que a educação era uma via doutrinal e política, seja sob os princípios da Igreja, seja do Estado. No documento papal o que resguardou a preferência pelo domínio da Igreja foi o direito divino, que segundo Pio XI a própria Igreja recebeu de Deus.

Nesta perspectiva, Pio XI ressaltou um segundo elemento: a maternidade sobrenatural da Igreja. De acordo com o Pontífice, a Igreja é a esposa imaculada de Cristo, pois, por meio do Batismo, ela “gera, nutre, educa as almas na vida divina da graça, com seus sacramentos e seu ensino” (PIO XI, 1965: 10), logo na missão de educar ela tem a precedência e está acima de qualquer autoridade terrena.

E por necessária consequência a Igreja é independente de qualquer autoridade terrena, tanto na origem como no exercício da sua missão educativa, não só relativamente ao seu próprio objeto, mas também acerca dos meios necessários e convenientes para dela se desempenhar. Por isso em relação a qualquer outra disciplina, e ensino humano, que considerado em si é patrimônio de todos, indivíduos e sociedades, a Igreja tem direito independente de usar dele, e sobretudo de julgar em que possa ser favorável ou contrário à educação cristã. E isto, já porque a Igreja, como sociedade perfeita, tem direito aos meios para o seu fim, já porque todo o ensino, como toda a ação humana, tem necessária relação de dependência do fim último do homem, e por isso não pode subtrair-se às normas da lei divina, da qual a Igreja é guarda, interprete e mestra infalível (PIO XI, 1965: 10).

Assim, o documento reforçava que a Igreja tinha pleno direito de promover as ciências, letras e artes, sempre que for necessário e útil à educação cristã e à salvação das almas. Segundo o Papa o exercício desse direito não poderia ser considerado ingerência indevida, mas era providência maternal da Igreja para proteger seus filhos, daquilo que

3. Evangelho segundo Mateus 28, 18-20. Bíblia Tradução Ecumênica- TEB.

ele chamava contra os “graves perigos de todo o veneno doutrinal e moral”. Diante dessa realidade somente uma reta instrução religiosa e moral poderia salvaguardar os nossos jovens.

A consolidação das ideias iluministas, pós Revolução Francesa que culminou no processo de modernidade, trouxe transtornos e incômodos para a Igreja Católica, muitas das teorias modernistas eram vistas pela Igreja como graves erros. Então, caberia a própria Igreja como “mãe e mestra” educar seus filhos, para que eles não caíssem nesses erros, vem aí a célebre frase de Pio XI, proteger os fiéis dos “graves perigos de todo o veneno doutrinal e moral”. Na concepção católica, a laicidade e a secularização da sociedade e do Estado, colocaria a Igreja em risco, porque seus fiéis seriam contaminados por essas novas ideias, que na maioria das vezes contrariava os princípios e dogmas da fé católica. E conseqüentemente, a consolidação disso envolveria todo o contexto social, mudando bruscamente a sua ordem, sendo assim, a própria Igreja precisava se manifestar diante desses acontecimentos e mudanças, para contê-las e reafirmar sua presença e atuação frente a sociedade.

Na visão do Sumo Pontífice, a Igreja tinha por direito divino a missão educativa sobre todos os povos. Segundo pregação do próprio Cristo: “ensinai todos os povos.”(Mt 28, 20)⁴. Sendo assim, não teria poder humano e terreno que poderia ir contra ou impedir esse mandato. Em primeiro lugar, ela tinha a missão de cuidar de todos os seus fiéis. Desta forma, a Igreja criou e promoveu ao longo dos séculos uma imensa rede de escolas e institutos em todas as áreas dos saberes. Desde a longínqua Idade Média sempre ao lado dos mosteiros, conventos, igrejas, catedrais tinha uma escola ou universidade com a finalidade de educar segundo os princípios cristãos. Sobre as universidades Pio XI afirmava:

E a tudo isto é mister ajuntar todas as Universidades espalhadas por toda a parte e sempre por iniciativa e sob a guarda da Santa Sé e da Igreja. Aquele espetáculo magnífico que agora vemos melhor, porque mais perto de nós e em condições mais grandiosas, como o facultam as condições do tempo, foi o espetáculo de todas as épocas; e aqueles que estudam e comparam os acontecimentos, maravilham-se do que a Igreja soube realizar nesta ordem de coisas, maravilham-se do modo por que a Igreja soube corresponder à missão que Deus lhe confiou de educar as gerações humanas na vida cristã, maravilham-se dos frutos e resultados magníficos que a Igreja soube atingir. Mas, se causa admiração que a Igreja, em todos os tempos, tenha sabido reunir em volta de si centenas, milhares e milhões de discípulos da sua missão educadora, não deve impressionar-nos menos o refletir naquilo que a Igreja soube fazer, não só no campo da educação, mas também no da verdadeira e própria instrução. Pois que, se tantos tesouros de cultura, de civilização, de literatura puderam conservar-se, isto deve-se àquela atitude pela qual a Igreja, ainda mesmo nos mais remotos e bárbaros tempos, soube irradiar tanta luz no campo das letras, da filosofia, da arte e particularmente da arquitetura (PIO XI, 1965: 14).

4. Evangelho segundo Mateus 28, 20.

Sobre essa temática do direito divino de educar da Igreja, o Papa concluiu dizendo que a Igreja soube realizar essa missão educativa confiada a ela, pois as suas escolas e universidades eram abertas para os fiéis e não fiéis, visto que todos são chamados a entrar no Reino de Deus e alcançar a salvação eterna. Com isso, em todas as partes do mundo encontrava-se escolas espalhadas, seja nas regiões cristãs ou não cristãs. Deste modo, em todos os tempos e lugares, “a Igreja com os seus missionários, educou, para a vida cristã e para a civilização, os diversos povos que hoje constituem as nações cristãs do mundo civilizado” (PIO XI, 1965: 15).

A Igreja Católica no decorrer da história teve um papel primordial na formação cultural e nacional de vários países, em todo o ocidente foi uma das instituições mais fortes, desde a queda do império romano. Fundando redes de escolas por várias regiões mundo afora, que se tornaram um poderoso instrumento de formação, principalmente dos grupos dirigentes que no futuro assumiriam funções e cargos importantes na sociedade. Os colégios católicos formavam um tipo de *ethos*⁵, que fundamentaria uma ação diversificada de lideranças católicas, principalmente leigas, que atuariam no contexto social, e perpetuaria assim, os seus princípios. Os valores e comportamentos que eram gerados frutos dessa educação constituíram o fundamento da ação e liderança da Igreja em vários níveis da vida social, expressando assim o seu modo de ser e pensar.

Voltando a conteúdo da encíclica, na relação entre os direitos da Igreja em relação aos da Família e Estado na missão de educar, ela afirmava que havia uma perfeita harmonia entre ambos, mesmo que o direito da Igreja estivesse acima dos outros dois, por ser de ordem sobrenatural. Era possível uma harmonização, pois os direitos da Igreja não destroem e nem diminuem a ordem natural, mas elevam e aperfeiçoam os que são de direito natural, família e Estado. Para Pio XI, as três ordens prestavam-se auxílio mútuo e se complementavam, pois todas procedem de Deus e não podem se contradizer.

Depois de tratar da ordem da Igreja, em seu segundo tópico, a encíclica falou da ordem da Família. Para Pio XI, a missão educativa da Igreja estava intimamente ligada com a da família, pois na ordem natural, Deus comunicava a fecundidade que é princípio de vida, portanto, princípio de educação para a vida. Se a família recebeu do Criador a graça da procriação, logo ela tinha por direito a educação da prole, direito esse que, segundo o Papa, era inalienável e anterior ao direito da sociedade civil e do Estado. Logo, os pais tinham o direito e a obrigação de cuidar dos filhos até que os mesmos tenham condições de cuidar de si, sendo assim, o mesmo direito inviolável dos pais perdura. O Código de Direito Canônico⁶ diz: “Os pais e os que fazem suas vezes têm a obrigação de educar sua

5. A concepção de *ethos* que apresentamos, é aquela apresentada por Bourdieu onde o *ethos*, consiste no conjunto de sistemas esquemáticos implícitos de ação e apreciação, em ética, grupo sistematizado de normas explícitas. (BOURDIEU, 2007: 46).

6. O Código de Direito Canônico é o principal documento legislativo da Igreja, baseado na herança jurídica e legislativa da Revelação e da Tradição, é considerado o instrumento indispensável para assegurar a ordem tanto na vida individual e social, como na própria atividade da Igreja. Por isso, além de conter os elementos fundamentais da estrutura hierárquica e orgânica da Igreja, estabelecidos pelo seu Divino Fundador, Cristo, ou baseados na tradição apostólica ou na mais

prole; os pais católicos têm também o dever e o direito de escolher os meios e instituições com que possam, de acordo com as circunstâncias locais, prover de modo mais adequado à educação católica dos filhos”. E o cânon continua: “compete também aos pais o direito de usufruir a ajuda que deve ser prestada pela sociedade civil e de que necessitam para proporcionar aos filhos uma educação católica” (CDC, 2011, Cân. 793, §1-2).

O Sumo Pontífice trazia o embasamento jurídico católico para dizer que seria contraditório afirmar que a prole pertencesse primeiro ao Estado, do que à família, e que o Estado tivesse sobre a educação direito absoluto. Essa afirmação se contrapõe à ideia de que o homem nascia cidadão e, por isso, pertenceria primeiro ao Estado. O Papa fazia esse contrabalanço para afirmar que o homem, em primeiro lugar, devia existir. Assim, não recebeu a existência do Estado, mas dos pais. Para sustentar tais princípios, Pio XI se baseava na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, que dizia:

Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto. Certamente, se existe algures uma família que se encontre numa situação desesperada, e que faça esforços vãos para sair dela, é justo que, em tais extremos, o poder público venha em seu auxílio, porque cada família é um membro da sociedade. Da mesma forma, se existe um lar doméstico que seja teatro de graves violações dos direitos mútuos, que o poder público intervenha para restituir a cada um os seus direitos. Não é isto usurpar as atribuições dos cidadãos, mas fortalecer os seus direitos, protegê-los e defendê-los como convém. Todavia, a ação daqueles que presidem ao governo público não deve ir mais além; a natureza proíbe-lhes ultrapassar esses limites. A autoridade paterna não pode ser abolida, nem absorvida pelo Estado, porque ela tem uma origem comum com a vida humana. “Os filhos são alguma coisa de seu pai”; são de certa forma uma extensão da sua pessoa, e, para falar com justiça, não é imediatamente por si que eles se agregam e se incorporam na sociedade civil, mas por intermédio da sociedade doméstica em que nasceram. Porque os “filhos são naturalmente alguma coisa de seu pai... devem ficar sob a tutela dos pais até que tenham adquirido o livre arbítrio”. Assim, substituindo a providência paterna pela providência do Estado (LEÃO XIII, 2008: 18).

Na precedência do direito natural, sob a tutela da família, o documento papal reafirmou que a família tinha o direito de escolher dentro de sua orientação doutrinal, um modelo educacional que considerasse mais preferível. Isto porque em diversos países havia uma maioria da população que era católica, sendo assim, a educação que as famílias prezavam para os seus, principalmente as elites, era uma educação que estivesse de acordo com os seus princípios religiosos, desta forma, escola e família compartilhavam dos mesmos ideais. Podemos perceber que por trás dessa situação não estava apenas a questão da educação como tal, mas havia também uma questão social. O sentimento católico que reforçava-se na escola, seja, do prestígio, das famílias, da distinção ou até mesmo da

antiga tradição, contêm as principais normas referentes ao exercício do triplice múnus (ensinar, santificar e governar) confiado à própria Igreja, deve o Código definir também as regras e as normas de comportamento. Cf. Constituição Apostólica “*Sacrae Disciplinae Leges*”, promulgada pelo Papa João Paulo II, 25 janeiro, 1983.

simbologia, robustecia uma reputação pessoal de auto-prestígio (SAINT MARTIN, 2002). Esse pano de fundo foi importante para o crescimento e expansão da educação católica. Portanto, diante das mudanças modernistas que se proliferavam, essa forma de conceber a educação e até mesmo na dimensão social foi mudando. Frente a essas mudanças, o Papa Pio XI vai corroborar para que esse espírito não fosse extinto diante da modernidade, por isso a ênfase de tratar da dimensão familiar vinculada a Igreja.

Com isso, o documento destacava que o direito dos pais em educar os filhos nunca poderia ser suprimido nem absorvido pelo Estado. Os pais tinham esse direito, pois estava intimamente ligado ao fim último e a lei natural e divina. Assim sendo, os pais deveriam esforçar-se para que esse direito nunca fosse tolhido e, assim, assegurar de modo absoluto o direito de educar cristãmente os filhos. De acordo com a encíclica, essa educação não devia ser somente para a educação religiosa, mas devia valer para a educação civil, moral e física.

Pio XI abordava essa temática para dizer que, nos tempos modernos, têm-se visto com frequência o Estado violando os direitos que o Criador deu à família e, ao mesmo tempo, demonstrava como a Igreja defendia essa causa em favor da família. Segundo o Papa, prova disso era a confiança que as famílias tinham nas escolas mantidas pela Igreja. Ele trouxe isso de forma mais explícita num discurso que escreveu ao seu Secretário de Estado:

Aos deveres do Estado em relação à educação dos cidadãos, sempre, é claro, aos direitos da família. O Estado não tem nada a temer com a educação transmitida pela Igreja e sob suas diretrizes; é essa educação que preparou a civilização moderna, na medida em que tem algo realmente bom, na medida em que é melhor e mais alta. A família imediatamente percebeu que sim, e desde os primeiros dias do cristianismo até os dias atuais, pais e mães, mesmo que tenham pouco ou nenhum crente, enviam e levam seus filhos a milhões para instituições educacionais fundadas e dirigidas pela Igreja. Menos ainda, se possível, que o Estado, teme a ciência, o método científico, a pesquisa científica de desenvolvimentos cada vez mais altos na educação religiosa. Os institutos católicos, em qualquer grau em que pertencem ao ensino e à ciência, não precisam de desculpas. O favor que desfrutam, os elogios que recolhem, as produções científicas que promovem e multiplicam e mais do que todos os assuntos completos e requintadamente preparados que dão ao judiciário, profissões, ensino, vida em todas as suas explicações, suficientemente a favor deles (PIO XI, 1930).

Abordar esse conteúdo significava reafirmar a orientação que a Igreja queria dar às famílias, como única religião verdadeira, exortando sempre aos católicos a responsabilidade que eles tinham de batizar e educar cristãmente seus filhos, sendo essa realidade inviolável diante do direito natural e educativo da família. Frente a essa prática, a Igreja se apresentava como Mãe e Mestra, com ofício de colaborar com a família na educação dos filhos. E, por esse motivo, ao longo dos séculos ela se preocupou em fundar escolas e universidades em

todos os lugares em que estava presente, tendo a confiança das famílias que levavam seus filhos às suas escolas e universidades.

Essa cooperação entre Igreja e Família no plano educacional era uma via de mão dupla, primeiro, que para a Igreja era um meio de formar jovens católicos que assumiriam cargos importantes na sociedade, tornando-se mediadores e porta-vozes da mesma. E segundo, por meio da ação pedagógica católica as famílias teriam um certo “status” social coeso acessando a mesma. A educação católica apresentava uma proposta, que a escola seria uma continuação da educação familiar, garantindo assim uma reciprocidade de confiança entre Igreja e Família, norteados por um só sistema de valores.

Até aqui vimos a compreensão que a encíclica apresentava em relação à Igreja e família, agora nos deteremos na parte que fala sobre a missão e importância do Estado no múnus de educar. Em primeiro lugar Pio XI queria deixar evidente que a atuação da Igreja e da família não causavam nenhum dano aos propósitos e direitos do Estado, no que diz respeito a educação dos seus cidadãos, pois a “educação não pode pertencer à sociedade civil do mesmo modo que pertence à Igreja e à família, mas de maneira diversa, correspondente ao seu próprio fim” (PIO XI, 1965: 21-22). Em segundo lugar, a função da autoridade civil, que residia no Estado, devia acontecer de duplo modo: proteger e promover a família e o indivíduo e não absorvê-lo ou substituí-lo. Na visão do Sumo Pontífice, a missão do Estado era de proteger com suas leis o direito da família, de educar seus filhos cristãmente, e respeitar o direito sobrenatural da Igreja de educar seus fiéis. E, quando a família viesse a faltar, cabia ao Estado supri-la, pois, a mesma não era uma sociedade perfeita, logo precisava de outros meios para o seu aperfeiçoamento. O Estado não devia substituir a família, mas devia suprir suas deficiências. Porém, essa ação, na visão de Pio XI, deveria estar em harmonia com os direitos naturais da prole e especialmente com os direitos sobrenaturais da Igreja.

Fica claro, nesse contexto, que numa hierarquia entre as três instâncias – Igreja, Família e Estado –, a Igreja e Família estão sobrepostas, cabendo ao Estado o direito e o dever de proteger a educação moral e religiosa da juventude em harmonia com as normas da reta razão e da fé. Afinal, o Estado também deveria promover o bem comum e a educação. Assim, ele devia se esforçar para completar aquilo que foi feito pela Igreja e família e, por isso, devia ter escolas e instituições próprias para cumprir tal finalidade. O Estado, sendo detentor dos meios por meio dos quais possa ajudar a todos em suas necessidades, não poderia se omitir na missão da educação, devendo completar aquela obra iniciada pela Igreja e família.

O Estado não é feito para absorver, engolir, aniquilar o indivíduo e a família; seria absurdo, não seria natural, já que a família está diante da sociedade e do Estado. O Estado não pode, portanto, desinteressar-se da educação, mas deve contribuir e obter o que é necessário e suficiente para ajudar, cooperar, aperfeiçoar a ação da família, corresponder plenamente aos desejos do

pai e da mãe, respeitar acima de toda lei divina, da igreja. De certa forma, pode-se dizer que é chamado para concluir o trabalho da família e da Igreja, porque o Estado, mais do que qualquer outro, é dotado dos meios que lhe são disponibilizados para as necessidades de todos e é certo que os use para o benefício daqueles de quem eles vêm (PIO XI, 1929).

Por detrás desta afirmação, há muitas questões de fundo. Primeiramente, o Estado pós-revolução francesa rompeu com o providencialismo, pois a soberania do Estado passou a residir na nação, em sua constituição e leis, que garantiam o pacto social entre seus cidadãos. A partir desse momento, seria o Estado a garantir a formação dos cidadãos. Uma segunda questão é que a encíclica contraria o ideário iluminista e moderno. Pois, o iluminismo em grande medida é “deísta”, ou seja, de uma “religião cívica” (ROUSSEAU, 1964: 384-466). A partir desse momento da história tivemos uma mudança de eixo, prevalecendo uma teologia cívica, ou seja, “física ou natural, cultivada pelos filósofos como a ciência mais conveniente à natureza e à razão” (SAHD, 2010: 210). Com o nascimento e fortalecimento do Estado a premissa que valeria era aquela que o cidadão seja politicamente racional, mas isso só aconteceria de fato, depois que o Estado tivesse educado esse cidadão por um tempo prolongado. Nesta perspectiva *rousseauiana*, o Estado deveria ser meramente racional, a religião ficava assim diluída, não podendo contribuir com seus conteúdos e nem indicar nenhum conhecimento próprio que diferisse da lógica da lei, jurídica, moral e política.

Por outro lado, a questão formulada por Rousseau é suscetível de se desenvolver também noutro sentido, na direção de uma completa redução da teologia natural a culto político. A confissão civil, que deixa os homens livres para professarem qualquer credo, requer, com efeito, uma formulação rigorosa de tolerância, pois confissões diferentes só podem conviver numa mesma sociedade política se todas igualmente aceitarem que cada cidadão pode se salvar da maneira que quiser. Mas isso significa relativizar por completo o tema da salvação e destruir a essência da experiência religiosa uma vez que, nesse caso, todas as opções se tornam de fato equivalentes. Se admito que cada qual se salva da maneira que quiser, é totalmente irrelevante que adira a este ou aquele credo e o único culto que se mantém obrigatório é unicamente o culto civil, ditado pela razão, ou seja, pelo soberano. Só uma religião poderá, assim, ser institucionalizada num culto público: a profissão de fé civil (SAHD, 2010: 213).

O documento papal era contrário a esse ceticismo em que a religião deveria se identificar com as normas da racionalidade política, pois a fé era entendida como meio de submissão, e o que deveria prevalecer era a vontade soberana do Estado. Após a Revolução Francesa iniciou um processo de descristianização da sociedade, que até no momento estava sob influência da Igreja Católica, para que pudesse a partir de agora consolidar uma teologia cívica. O espírito revolucionário era de cunho ateu e o que ele instituiu foi um deísmo panteísta e racionalista dos iluministas (NASCIMENTO, 1989), ou seja, uma religião política que desejava garantir a liberdade religiosa do cidadão e oferecer

ao povo de maneira geral um espírito religioso de um deus que estivesse mais perto da natureza humana. Nesse novo contexto moderno, a fé cristã deveria ser retirada do centro, sendo substituída por um novo culto, que tivesse o Estado como centro. Logo, a presença de uma religião oficial atrapalharia esse processo, assim sendo, ela deveria ser rebaixada, para que fosse consolidada esta nova religião, a religião cívica.

Aqueles mesmos que quiseram libertar os homens do jugo da religião correm o risco de se tornar os servidores de um culto não menos opressor. Quando é o poder que diz ao povo aquilo em que é preciso crer, está se referindo a uma “espécie de religião política”, raramente preferível à precedente (SAHD, 2010: 215).

Neste sentido a educação se tornou uma área essencial de disputa, pois de um lado estava a Igreja Católica que reivindicava seu direito, pois não queria perder o campo já conquistado. E por outro lado, o Estado que almejava o domínio educacional sob suas mãos. Frente a esse contexto, a encíclica vinha reivindicar seu direito, expondo que por detrás de todas essas mudanças, havia uma doutrina oficial de interesse do Estado que era difundida, e o meio mais eficaz para atingir seu ápice, era conseguindo o monopólio da educação, que até no momento, boa parte estava sob a égide da Igreja Católica.

No que diz respeito à relação entre Igreja e Estado, Pio XI reiterava o que já havia sido dito por Leão XIII: diante dos dois poderes – eclesiástico e civil – deveria prevalecer a harmonia, respeitando a natureza de cada um, estando atentos ao fim, tendo uma certa proximidade e sendo ordenados; o Estado vinculado às coisas materiais, mortais e a Igreja às coisas sagradas, principalmente aquilo que se referia a salvação das almas e ao culto a Deus, tudo isso estava sujeito às disposições da Igreja e o restante na ordem civil e política (LEÃO XIII, 1885: 5-6).

O Papa Pio XI queria deixar explícito que um Estado que adere a proposta formativa e educacional da Igreja, que aplica-a, respeita e propaga, se tornará um Estado promissor e profícuo, porque um bom cristão é consequentemente um bom cidadão, além de que, os que são formados pelo cristianismo e que se tornam autoridades em meio a sociedade civil serão bons profissionais no exercício de seu trabalho, independente de qual seja sua área de atuação. A encíclica queria alertar que a educação cristã poderia formar bons cidadãos e isso seria muito benéfico para o Estado e a sociedade como um todo. A Igreja sempre prezou pela boa formação dos seus, por meio de suas escolas e universidades formando profissionais qualificados para suas atividades (PIO XI, 1930).

A encíclica buscava colocar o Estado ao lado da Igreja e da família, instituições a quem competia a educação. Reforçando que a missão do Estado era de colaboração com ambas. E que a educação estatal não deveria sobrepor à educação religiosa, mas colaborar com a mesma. De acordo com o documento, a função do Estado estava em proteger e promover a Igreja e Família, além de suprir os espaços que elas não conseguiram alcançar. A Igreja Católica tentava a todo modo conter a ação do Estado Moderno orientado pelas

ideias laicistas e secularizados. A sua proposta consistia em afirmar que não era lícito ao Estado, organizar um ensino oficial que divergisse ou contrapor-se aos ensinamentos da Igreja com o consentimento das famílias. Mas, a Igreja invocava a favor de si a primazia de sua missão educadora.

Todo esse esforço do Papa Pio XI de reafirmar a posição da Igreja frente ao Estado, era em decorrência da queda que a educação católica sofreu frente ao crescimento e expansão do projeto educacional laicizador do Estado, que gerou o enfraquecimento das instituições de ensino católico, tornando-se minoritárias em muitos lugares, restringindo-se ao catecismo, devido ao ensino básico ter se transformado em laico.

O Sumo Pontífice encerra esse terceiro tópico da primeira parte que falava sobre o Estado, dizendo que a fé não se opunha a razão, mas qualificava, enriquecia e iluminava a mesma. Afirmava que a Igreja não se opunha à cultura das artes e das disciplinas humanas, mas auxiliava e promovia, pois sabia de suas vantagens para a vida humana. Desta maneira, ensinava que elas provinham de Deus, Senhor das ciências, e conduziam a Ele por meio de sua graça.

O discurso de conciliação entre fé e razão, vinha para responder às críticas que muitos países faziam à Igreja Católica no final do século XIX, principalmente entre os republicanos e positivistas, que acreditavam que o atraso dos seus países era devido à influência da Igreja. Poderíamos citar Eça de Queirós em Portugal, como suas críticas jornalistas que anunciou uma nova constituição política para seu país e um novo sentido para a educação baseados no progresso e afirmação social, lutando por uma nova opinião pública e responsabilizando duramente a Igreja Católica pelo atraso e conservadorismo português. Na perspectiva de Queirós e dos intelectuais da época, a questão política era compreendida como uma questão educativa, afinal deveria se utilizar as letras, imprensa, cultura para possuir uma função emancipadora. Na visão deles somente uma educação secularizada poderia superar a decadência nacional e acelerar um projeto de renovação. Eça de Queirós denunciou o catolicismo e o clericalismo como elementos fundantes da decadência portuguesa, propondo que para superar a crise era necessária uma nova estrutura organizacional que fosse irreligiosa (QUEIRÓS, 1966).

Neste caso, o Papa Pio XI temia que a educação caísse nas mãos de cientistas com essas ideias, que atribuíssem todos os males sociais à influência da Igreja. Além disso, sabemos que a Igreja ofereceu boa educação, mas para um número baixo e seletivo de pessoas. Não vislumbrava um projeto abrangente de educação, nem mesmo permitia o ensino da religião nas línguas vernáculas até o XIX, o que, por si só, já era muito excludente. O Pontífice temia o fim da relação amistosa com os governantes dos “Estados católicos” – arranjo que visava a manutenção do *status quo*, a ordem das coisas no mundo, que se pretendia “divina”. O rompimento dessa relação com o poder político poderia ser nefasto para a Igreja. Por isso, justificar essa divisão de funções, ficando sob cargo da Igreja a educação.

Assim, o Papa encerra fazendo uma crítica à justa liberdade científica, para afirmar que toda criança ou jovem cristão tinha direito ao ensino conforme a doutrina da Igreja, coluna e fundamento da verdade, e que lhe causaria um grande dano a sua fé se o que ele aprendesse contradissesse a mesma. Os estudantes na sua natural inexperiência não poderiam ser orientados pelos professores a uma liberdade, que Pio XI chamava de absoluta, ilusória e falsa. Desta forma, o professor não estaria cumprindo a sua missão.

Neste pensamento encontramos uma contraposição aos projetos educacionais progressistas dos inícios do século XX. Uma educação baseada na liberdade. O liberalismo vigente definido como liberdade, entendido como ausência de coação de um indivíduo sobre o outro, essa liberdade era valor máximo, que não dependia de razões religiosas e de natureza metafísica. O indivíduo era um fim em si mesmo (SILVA, 1987: 689). O avanço das ideias liberais na dimensão da formação cultural, que enfocava o cientificismo, a laicização, o civismo tornaram-se um desafio para a Igreja Católica. Desta forma, o documento papal era uma reação que contrapunha esses ideais e a forma mais eficaz para fazer isso, deveria ser pela educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que os conteúdos apresentados na encíclica vieram como uma resposta diante dos desafios que a modernidade e conseqüentemente, secularização e laicização do Estado e sociedade impuseram à Igreja, principalmente para educação. Compreender esses embates em busca da primazia pelo campo educacional na disputa entre Igreja Católica versus Estado laico é de fundamental importância para entendermos melhor a educação católica nesse período da história.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA- Tradução Ecumênica: TEB. São Paulo: Ed. Loyola, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Ed. Loyola, 20^ªed. São Paulo, 2011

JOÃO PAULO II, PAPA. **Constituição Apostólica “*Sacrae Disciplinae Leges*”**, promulgada 25 janeiro, 1983. Disponível http://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_25011983_sacrae-disciplinae-leges.html Acessado: 10/09/2020.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica *Immortale Dei*, sobre a constituição cristã dos Estado**. 01 de novembro de 1885. Disponível: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_01111885_immortale-dei.html Acessado: 09/01/2020.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica *Rerum Novarum*, sobre as Condições dos Operários**. 15 de maio 1891. Paulinas. São Paulo, 16ª ed. 2008.

NASCIMENTO, M. M. **Opinião pública e revolução**. São Paulo: Edusp/Nova Stella, 1989.

PIO IX, Papa. ***Quum non sine***. 14 julho 1864. Disponível: <http://www.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html> Acessado: 05/09/2020.

PIO XI, Papa. **A Illocuzione di Sua Santità ai professori ed agli alluni del Collegio di Mondragone. "Ecco Una"**. 14 maggio 1929. Disponível: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/it/speeches/documents/hf_p-xi_spe_19290514_ecco-una.html Acessado: 08/09/2020.

_____. **Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*, acerca da educação cristã da juventude**. 31 de dezembro de 1929. São Paulo: Ed. Paulinas. 1965.

_____. **Chirografo di Sua Santità Pio XI "Ci Commuovono" All'Em.Mo Cardinale Basilio Pompili, Vicario di Roma**. 2 febbraio 1930. Disponível: http://www.vatican.va/content/pius-xi/it/letters/documents/hf_p-xi_lett_19300202_ci-commuovono.html Acessado: 08/09/2020.

QUEIRÓZ, Eça de. **Uma Campanha Alegre (De as Farpas)**: Obras Completas. V. 3. Porto: Lello & Irmão, 1966.

ROUSSEAU, J.-J. **Du contrat social**. In: Œuvres complètes de Jean-Jacques Rousseau, Tome III. Paris: Gallimard, 1964.

SAHD, Luiz Felipe N. A. S. **Rousseau: Religião e Revolução**. In: Cadernos de Ética e Filosofia Política 16, 1/2010.

SAINT MARTIN, Monique. **Coesão e diversificação: os descendentes da nobreza na França, no final do século XX**. Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 127-149, 2002.

SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de ciências sociais** (2a ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1987.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Emancipatória 90, 91, 93

Agentes 24, 34, 36, 56, 58, 62, 66, 67, 68

Alfabetização “Não-Escolar” 1, 4, 15

Aprendizagem 12, 13, 14, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 53, 58, 60, 67, 85, 91, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 139, 140

B

Burocracia de Médio Escalão 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 54, 55

C

Carreira Militar 116, 120, 121

CBAI 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Compartilhamento 69, 71, 73, 74, 76, 96, 99

Conhecimento 5, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 20, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 93, 97, 103, 118, 122, 135, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 160, 161, 177, 181, 186, 189, 191, 200

Coordenação 18, 19, 21, 30, 31, 41, 42, 61, 72, 73, 82, 133

D

Desenvolvimento 4, 14, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 39, 40, 48, 50, 52, 57, 60, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 84, 86, 91, 92, 94, 96, 99, 102, 103, 115, 120, 129, 136, 137, 139, 142, 145, 147, 153, 156, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 175, 179

E

Economia 4.0 77, 78, 85, 86, 87

Educação 1, 2, 5, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 42, 45, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 90, 92, 93, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 114, 149, 158, 176, 191, 192, 215

Educação Física Escolar 101

Educação Infantil 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Educação Profissional 42, 52, 67, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Educação Sexual 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 157

Empoderamento 84, 120, 166, 167, 168, 172, 175

Ensino Industrial 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Epistemologia Qualitativa 90, 93

F

Forças Armadas 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130

G

Gênero 3, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 175, 176, 215

Gerações 62, 131, 132, 133, 136, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 164, 195

Gerentes 55, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Gilbert Durand 184, 185, 189, 190, 191

H

Homossexualidade 104, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 171, 173

I

Iconoclastia 184, 185, 186, 189, 190, 191

Identidade Profissional 131, 132, 134, 135, 140, 141, 145

IFES 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53

Igualdade de Gênero 116, 125

Imaginário 184, 185, 188, 189, 190, 191

Implementação 14, 25, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 69, 147, 155

L

Lutas Identitárias 159

M

Migrantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Modernidade 16, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 160, 163, 189, 190, 193, 195, 198, 203

Mulheres 3, 5, 20, 22, 91, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 166, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 205, 208, 211

N

Narrativas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 55, 189

O

Organização 1, 4, 5, 8, 12, 19, 22, 24, 25, 26, 29, 32, 39, 46, 60, 61, 67, 69, 71, 72, 73, 74,

75, 79, 88, 122, 130, 133, 134, 135, 139, 142, 143, 144, 145, 171, 173, 174, 179

P

Política Pública 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 45, 54, 156

R

Raízes Pré-Históricas 159

Reconhecimento 8, 14, 21, 38, 98, 103, 113, 122, 150, 153, 154, 159, 165, 176, 183

Relação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 24, 29, 35, 37, 46, 51, 60, 71, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 118, 119, 138, 140, 142, 143, 145, 154, 155, 157, 159, 162, 166, 167, 168, 172, 175, 178, 179, 180, 189, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 201, 202, 212, 213

Religião 134, 151, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 184, 185, 186, 190, 191, 198, 200, 201, 202, 204

S

Saúde 11, 21, 28, 54, 55, 58, 62, 100, 102, 113, 122, 125, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 175, 179, 207, 208

Sexualidade 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 113, 114, 115, 119, 121, 129, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 173, 174, 181

T

Tecnologia 45, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 137, 147, 150



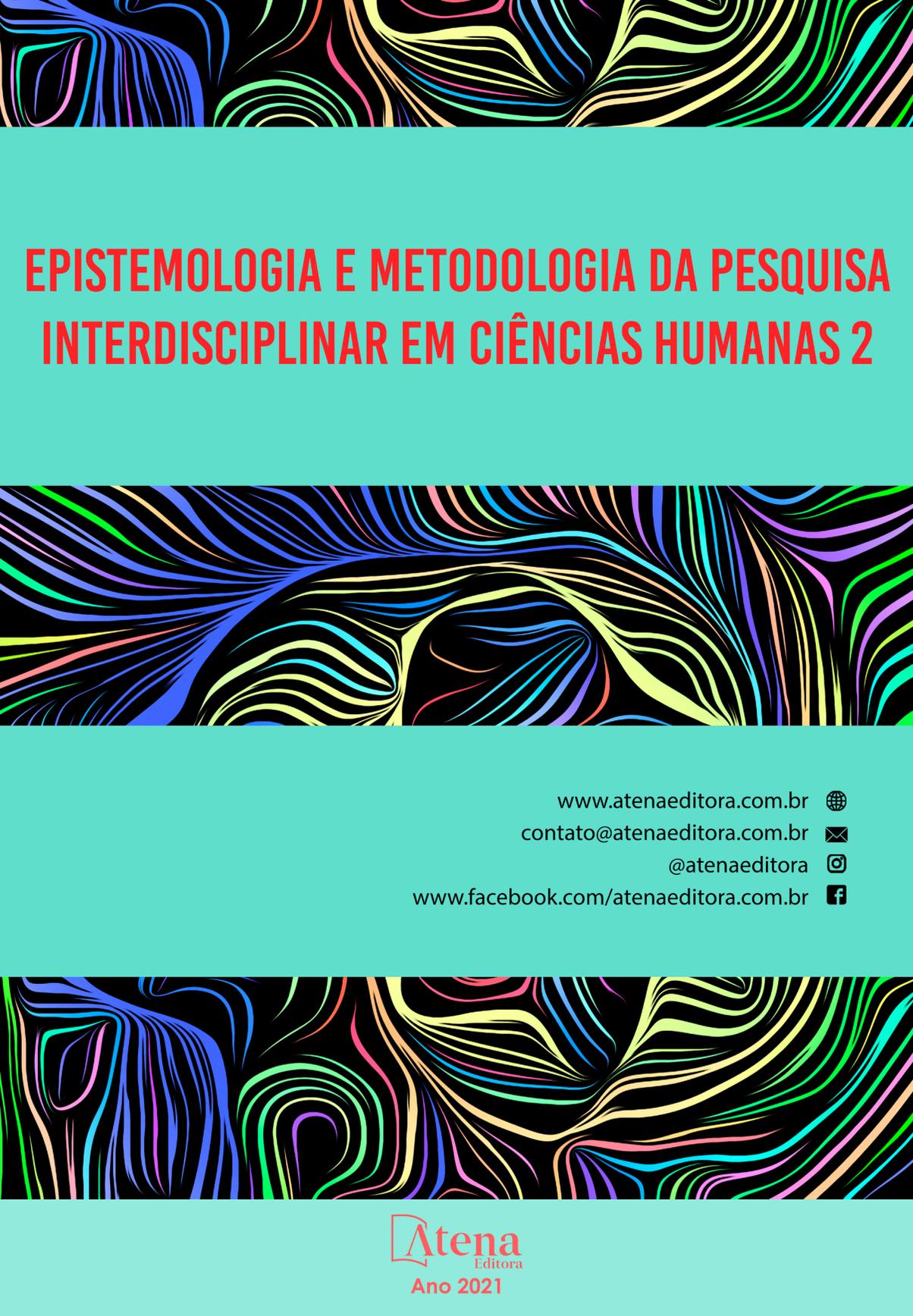
EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 